

E o governo "esquece" a emancipação

BRASÍLIA (Sucursal) — "Nossos índios estão salvos! Pelo menos por agora, no apagar das luzes do governo Geisel", a Presidência da República, estrategicamente, "esqueceu" a aprovação do controverso projeto de emancipação de grupos indígenas que, sem dúvidas, iria marcar a atual administração com o estigma de grande responsável pelo extermínio dos 200 mil índios que ainda tentam sobreviver no que sobrou de seu imenso território."

A comunicação, não oficial, foi feita através de sutis recados da Assessoria de Imprensa do Ministério do Interior, que no início desta semana distribuiu nota onde Rangel Reis declarava que não há nenhuma pressa por parte do governo em regulamentar alguns artigos da lei 6.001 — Estatuto do Índio — que tratam, exatamente, da emancipação e tutela dos índios brasileiros.

RECUO

Muito menos pelos índios do que pela grande repercussão nacional e internacional que o projeto suscitou, a chefia da Casa Militar da Presidência da República — onde o documento estava sendo examinado — achou conveniente adiar a decisão que provocou a formação de uma consciência nacional de tal importância que nem o conturbado momento político conseguiu abafar.

Durante pelo menos seis meses, desde que o projeto em si começou a ser elaborado, diversas entidades de apoio ao índio foram criadas, como, por exemplo, o Comitê Pró-Índio — Seção São Paulo e Rio de Janeiro, tantas instituições e profissionais engajados na causa indígena uniram suas vozes numa verdadeira crítica nacional que acabou por intimidar o Governo, que recuou, ainda que reservadamente, de levar a termo uma das principais metas do Ministério do Interior no atual mandato.

Gritaram os antropólogos, indigenistas, sertanistas, missionários e os próprios índios, principalmente os Xavantes que, em audiência com Rangel Reis, chegaram a afirmar: "para que emancipar os índios, para a gente ter que pagar luz e impostos? O que nos queremos é educação, médicos, roupas, armas e tratores para poder cuidar da terra", segundo colocou muito bem o cacique Aniceto, de São Marcos (MT).

REPERCUSSÃO

Mas as coisas começaram a se complicar no momento em que a imprensa divulgou a minuta do projeto que acabou por comprovar

que no mínimo a medida não tinha outro sentido do que o de deixar os índios à mercê da chamada civilização branca, sem nenhum mecanismo em sua defesa, pois minimizava a ação tutelar do governo — que embora contestada ainda é a única forma de protegê-los — e sequer lhes dava o direito à propriedade da terra que permaneceria em nome da União.

Então, por que emancipá-los? Era a pergunta que se fazia e não sem fundamentos. Para os antropólogos, não chegou ainda o momento da emancipação e sim de se cumprir o que estabelece o atual estatuto do índio que fixou para o final deste ano o prazo-limite para a demarcação das terras indígenas, prazo este que dificilmente será cumprido antes de um ano (até o momento apenas 60 por cento das reservas foram demarcadas).

Na opinião destes profissionais, o papel do Estado como bom tutor, é, além de lhes garantir a terra, orientar os nossos índios em novas técnicas produtivas, para melhor aproveitamento das suas áreas e introduzi-las nas técnicas de comercialização dos excedentes agrícolas para permitir-lhes a conquista de sua independência econômica. Em uma última análise, disse na ocasião o professor Dalmo Dallari, antes de se pensar em emancipar os índios temos que prepará-los para que não venham engrossar as fileiras dos bóias-frias.

Já o Conselho Indigenista Missionário foi taxativo: "o índio não pode ser visto como uma peça de museu que permanece alheio às decisões de seu interesse. O índio tem que ser ouvido e precisa ter condições de optar porque este projeto vai, no mínimo, determinar o futuro desta nossa população que há quatrocentos anos vem sendo expoliada nos seus mínimos direitos à sobrevivência."

BASTIDORES

Enquanto os segmentos engajados na causa indígena se manifestavam publicamente através da imprensa e atos públicos, na Funai a reação ao projeto girava a nível de conversa nos bastidores. Comentava-se, por exemplo, que o próprio presidente do órgão, general Ismarth de Oliveira, não via com bons olhos a medida e que seria capaz de pedir, até, exoneração do cargo caso o projeto fosse aprovado.

Muito discreto, o sertanista Orlando Villas Boas também era contra o projeto, embora estivesse participando da comissão responsável pela elaboração da minuta que foi en-

caminhada no final deste mês à Presidência da República. Atualmente, Orlando defende uma maior assistência à Funai através dos demais ministérios, sugestão que encaminhou ao futuro presidente João Batista Figueiredo e que, ele garante, foi muito bem recebida.

Comentava-se, ainda, a nível de "corredor", que o projeto de emancipação nada mais era do que uma forma de favorecer as grandes empresas agropecuárias e aos grupos multinacionais, que cada vez mais ocupam a Amazônia a seu modo, passando por cima de toda e qualquer legislação brasileira que dispõe sobre a utilização de terras devolutas, hoje já quase que totalmente ocupadas.

A preocupação não é leviana porque os índios — que em sua grande maioria desconhecem os complicados meandros de uma sociedade capitalista — não hesitariam em trocar alguns milhares de hectares de terras férteis por cinquenta cabeças de bois, como foi o caso dos Xavantes, ou mesmo por um óculos escuros ou um relógio, artigos da nossa sociedade de consumo que exercem um fascínio compreensível entre eles.

SALDO POSITIVO

A idéia de emancipar os índios surgiu no discurso de posse do ministro Rangel Reis como a principal meta da sua política indigenista e terminou, ao final de sua administração, quando a sua assessoria de imprensa distribuiu um recado "discreto" aos jornalistas do setor.

Nesse recado, os assessores pediam que não fosse mencionado o nome do ministro do Interior como autor da declaração de que o governo não estava mais preocupado em emancipar os índios e sim em demarcar suas terras naturalmente para não caracterizar o recuo governamental.

Mas a polémica deixou um saldo positivo. A população brasileira, talvez pela primeira vez, tomou conhecimento de que havia índios entre os seus segmentos e, o que é principal, que eles estavam sendo ameaçados. As classes engajadas nesta causa se uniram com muita força e derrubaram o projeto que já estava em âmbito de Presidência da República.

Além disso, ficou definido pelo futuro presidente que o índio vai merecer uma atenção especial no próximo governo — segundo garantiu o general Figueiredo ao sertanista Orlando Villas Boas — e que o próximo pre-



Rangel Reis: nossos índios estão salvos

sidente da Funai será o atual, general Ismarth de Oliveira, que mesmo sendo considerado um homem até certo ponto fraco, nos momentos de grandes definições, é uma pessoa bem intencionada e que, acima de tudo, escuta o índio. O que até agora nunca havia acontecido.